

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.749 - CE (2019/0129947-1)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**AGRAVANTE** : MARIA DE FATIMA BARROS CHAGAS  
**ADVOGADOS** : RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO - CE006615  
ESIO RIOS LOUSADA NETO - CE018190  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que foi interposto recurso em sentido estrito pelo Ministério Público contra decisão prolatada pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Ibicuitinga/CE, que rejeitou a denúncia anteriormente recebida que imputava à recorrida o crime descrito no art. 89 da Lei 8.666/93, após encerrada a instrução criminal.

O recurso foi provido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para anular a decisão e determinar o regular processamento do feito, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 267):

*PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME LICITATÓRIO. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA APÓS INSTRUÇÃO CRIMINAL. IMPOSSIBILIDADE DE RETRATAÇÃO DE RECEBIMENTO ANTERIOR DA ACUSATÓRIA. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.*

*01. O recorrente sustenta a impossibilidade de rejeição de denúncia já recebida, após o fim da instrução criminal.*

*02. Compulsando aos autos, observa-se que a denúncia foi ofertada em 20/12/2012, imputando à recorrida o crime descrito no art. 89 da Lei 8.666/93. A peça acusatória foi regularmente recebida em 07/03/2013 e ratificado seu recebimento em 04/06/2014. O feito o prosseguiu normalmente, com a realização de audiência de instrução e julgamento, apresentação de memoriais e posterior prolação de decisão que, reconhecendo a inépcia da denúncia, a rejeitou, nos termos do art. 395, I do Código de Processo Penal.*

*03. Cumpre ressaltar que não há a possibilidade de realização de novo juízo de admissibilidade após restar finda a instrução criminal, tendo em vista que a matéria encontra-se preclusa pro judicato, visando a segurança jurídica das decisões. Precedentes.*

*04. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO para anular*

# Superior Tribunal de Justiça

*a decisão vergastada, mantendo-se o recebimento da denúncia e determinando o regular andamento do feito.*

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (e-STJ, fls. 304/310).

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega que a decisão vergastada viola o artigo 619 do Código de Processo Penal e o artigo 89 da Lei n. 8.666/93, eis que mantém a omissão quanto à análise do fato de que para a caracterização do tipo penal *sub oculis* se faz necessário o dolo específico e o prejuízo ao erário, o que impõe a inépcia e conseqüente rejeição da denúncia, devendo ser restabelecida a sentença proferida, sem falar na preclusão *pro judicato*.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 347/351, afirmando que se encontra presente o óbice da Súmula n. 284/STF.

Agravo em recurso especial às fls. 356/372.

Contraminuta ao agravo em recurso especial às fls. 377/382.

Parecer ministerial pugnando pelo desprovimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 399/407).

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou o fundamento da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Primeiramente *"não se verifica violação do art. 619 do CPP, na medida em que o acórdão recorrido, analisando os elementos fáticos dos autos, enfrentou todos os pontos relevantes ao deslinde da controvérsia, adotando, contudo, solução jurídica contrária aos interesses do recorrente. Ausente, portanto, a alegada negativa de prestação jurisdicional."* (REsp 1662529/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 13/10/2017)

A asserção acerca da existência ou não de dolo específico e o prejuízo ao erário foi trazida pelo recorrente, no entanto, não há no apelo nobre a devida impugnação das razões utilizadas no acórdão recorrido, que expressamente destacou (e-STJ, fl. 308):

*A embargante aduz, em síntese, que o vício no acórdão vergastado consiste na ausência de análise de que para restar*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*caracterizado o crime de dispensa ou inexigibilidade de licitação fora das hipóteses previstas em lei, faz-se necessário a demonstração do dano ao erário e da conduta dolosa específica para tal fim.*

*Ocorre que em nenhum momento a decisão adentrou ao mérito da questão ou da ocorrência ou não do delito, restringindo-se unicamente à impossibilidade de rejeição da denúncia após seu recebimento e posterior ratificação. **Não cabe a esta instância recursal, neste momento, analisar se a denúncia demonstrou a presença de dolo específico ou a ocorrência de dano ao erário, bem como não cabia mais ao magistrado no momento que o fez, tendo em vista a ocorrência da preclusão prejudicató.***

*A decisão recorrida limitou-se somente ao juízo de admissibilidade da peça delatória, a qual não pode, conforme já debatido na ocasião, ser rejeitada pelo magistrado após o encerramento da instrução criminal e apresentação de memoriais pelas partes, devendo ser prolatada sentença de mérito, condenando ou absolvendo a ré, caso não demonstrados os já mencionados dolo específico e dano ao erário.*

*Portanto, inexistente no decisum embargado qualquer omissão como procura fazer crer o embargante, visto que a matéria recursal tratava-se unicamente do juízo de admissibilidade da denúncia, não havendo como modificar o acórdão dada a sua clareza no exame dos elementos carreados.*

Assim, não houve impugnação dos referidos fundamentos, o que atrai a incidência da Súmula n. 283 do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, não conheço do recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator